

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.255, DE 2007

Dispõe sobre a criação do Cadastro Nacional de Homônimos no âmbito do Ministério da Justiça.

Autora: Deputada SUELI VIDIGAL

Relator: Deputado FERNANDO CORUJA

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto com o objetivo de criar um Cadastro Nacional de Homônimos no âmbito do Ministério da Justiça.

Alega-se que “é grande o número de situações vexatórias a que são submetidas pessoas que, por infeliz coincidência, têm seu nome igual ao de outra que delinqüe ou se comporta de forma socialmente não recomendada.

Compete-nos o pronunciamento quanto à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e ao mérito do Projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposta em apreço é inconstitucional, tendo em vista adentrar matéria de competência exclusiva do Poder Executivo, incidindo em vício de iniciativa, nos termos dos arts. 61 e 84 da Constituição Federal.

O art. 61 da Constituição Federal prevê algumas proposições que são de iniciativa privativa do Presidente da República, entre as quais se encontram as leis que criem cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração e a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública.

Por sua vez, o art. 84 prevê que compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgão público; extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.

Assim observa-se que algumas matérias são de iniciativa do Poder Executivo, sendo inconstitucional projeto de lei elaborado por membro do Poder Legislativo visando a regulamentar esses temas. Este entendimento é corroborado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados, cuja Súmula nº 01 considera inconstitucional proposição nesse sentido.

Ao dispor sobre matéria de iniciativa de outro Poder, o Projeto se revela inconstitucional e injurídico.

Também é de má-técnica legislativa a proposição, ao deixar de explicitar, no art. 1º, a finalidade da nova lei, como determina a Lei Complementar nº 95/98.

No mérito, embora de relevante preocupação social, não há como estabelecer obrigações a outro Poder, tendo em vista as peculiaridades próprias da atividade administrativa, cujo domínio, inclusive no seu plano técnico, pertencem aos órgãos que integram a administração pública.

Desse modo, voto pela inconstitucionalidade, injuridicidade e má-técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.255/07, e, no mérito, pela sua rejeição.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado FERNANDO CORUJA
Relator